



aicep Portugal Global

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

Consulta Prévia

Artigo 20.º, n.º 1, al. c) do CCP

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS À 26.ª EDIÇÃO DO
PROGRAMA INOV CONTACTO**

CPR-732/2022/DINOV

CONVITE



Índice

1. TIPO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	3
2. OBJETO	3
3. ENTIDADE ADJUDICANTE	3
4. DECISÃO DE CONTRATAR	4
5. ENTIDADE QUE ACOMPANHA O PROCEDIMENTO	4
6. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	4
7. IMPEDIMENTOS	4
8. AGRUPAMENTOS	7
9. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES.....	7
10. ERROS OU OMISSÕES.....	8
11. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	9
12. ASSINATURA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	10
13. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	11
15. CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS.....	11
16. PROPOSTAS VARIANTES	11
17. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO	11
18. PREÇO BASE.....	11
20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	12
22. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS.....	14
23. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	14
24. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	15
25. ENCARGOS DOS CONCORRENTES	16
26. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS	16
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO.....	17
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA.....	18
ANEXO III - REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO	19
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO.....	20



aicep Portugal Global

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 8.º Dto., 4050-012 Porto, e instalações na Rua de Entrecampos, 28, Bloco B, 12.º, 1700-158 Lisboa, pessoa coletiva n.º 506 320 120, vem pelo presente convidar V. Exas. a apresentar proposta, no âmbito do procedimento de consulta prévia, adotado ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, destinado à aquisição de serviços de recrutamento e seleção de candidatos à 26.ª edição do Programa INOV Contacto, nos termos e condições que a seguir se indicam.

1. TIPO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento, adotado ao abrigo do disposto, da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), tem a seguinte designação “aquisição de serviços de recrutamento e seleção de candidatos à 26.ª edição do Programa INOV Contacto”, a que corresponde a referência n.º CPR-732/2022/DINOV.

2. OBJETO

- 2.1. O presente procedimento pré-contratual destina-se à aquisição de serviços de recrutamento e seleção de candidatos à 26.ª edição do Programa INOV Contacto, nos termos previstos no convite, no caderno de encargos e nas respetivas especificações técnicas que dele fazem parte integrante.
- 2.2. O procedimento de consulta prévia é adotado o ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2.3. O CPV da presente aquisição é o 79635000-4-Serviços de avaliação para recrutamento.

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

- 3.1. A entidade adjudicante é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., doravante designada AICEP, pessoa coletiva n.º 506320120, com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 8.º Dto., 4050-012 Porto e com instalações na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B, 12.º, 1700-158 Lisboa.
- 3.2. O processo decorre na Direção de Compras e Tecnologia da AICEP, de acordo com as condições constantes do presente convite e do caderno de encargos e demais anexos, se aplicável.



4. DECISÃO DE CONTRATAR

- 4.1. A decisão de contratar foi emanada por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, em 29 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 16.º dos Estatutos da AICEP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 219/2015, de 8 de outubro e n.º 75/2020, de 25 de setembro.
- 4.2. A decisão de contratar foi precedida da obtenção da competente autorização prévia concedida por S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, em 16 de dezembro de 2022, ao abrigo do n.º 2 do artigo 59.º da Lei do Orçamento do Estado para 2022, aprovado pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho.

5. ENTIDADE QUE ACOMPANHA O PROCEDIMENTO

- 5.1. Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o procedimento e todas as comunicações e notificações serão efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela AICEP e disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 5.2. A competência para a prática de todos os atos do presente procedimento, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), é do Júri do procedimento.

6. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio na Internet <https://www.acingov.pt>.
- 6.2. A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento a ser efetuada no sítio na Internet <https://www.acingov.pt>.
- 6.3. Após a inscrição na plataforma eletrónica, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças do procedimento nos termos do ponto 5.1.

7. IMPEDIMENTOS

- 7.1. Pode assumir a condição de concorrente qualquer entidade que cumpra os requisitos legalmente exigidos para o efeito, nomeadamente o de não se encontrar em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 7.2. Sem prejuízo da relevação de impedimentos nos termos do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:



- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e igualdade e não discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
- i) Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
 - ii) Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
 - v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
 - vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;



- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
- k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
- l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.

7.3. Para efeitos da alínea k) do n.º anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição dos membros do júri ou peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

8. AGRUPAMENTOS

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP, a entidade convidada não pode integrar um agrupamento quando a consulta prévia seja adotada ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

9. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES

- 9.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser prestados por iniciativa da entidade adjudicante ou por solicitação do interessado, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica adotada pela AICEP e disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 9.2. Os esclarecimentos e as retificações efetuadas serão disponibilizados através da plataforma eletrónica adotada pela AICEP e disponível em <https://www.acingov.pt>, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
- 9.3. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica adotada pela AICEP e disponível em <https://www.acingov.pt>, até ao termo do segundo terço do prazo fixado



aicep Portugal Global

para apresentação das propostas, sendo o interessado notificado desse facto pelo Júri, nos termos da competência delegada, autorizada na proposta de abertura do procedimento.

- 9.4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão juntos às peças do procedimento, das quais fazem parte integrante, sendo o interessado notificado desse facto e fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.
- 9.5. Nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP, quando o prazo de apresentação da proposta seja inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

10. ERROS OU OMISSÕES

- 10.1. Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode, através da plataforma eletrónica adotada pela AICEP e disponível em <https://www.acingov.pt>, apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 10.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 10.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 10.4. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do segundo prazo para a apresentação da proposta, não sejam por ele expressamente aceites.



- 10.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 10.6. A decisão sobre as listas de erros e omissões detetados pelo interessado será notificada ao interessado através da plataforma eletrónica adotada pela AICEP e disponível em <https://www.acingov.pt> e junta às peças do procedimento.
- 10.7. Será ainda aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.

11. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

11.1. A proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme modelo que integra o presente convite como Anexo I;
- b) Documento(s) que contenha(m) os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
 - i) Preço global da proposta, arredondado à segunda casa decimal, que não deve incluir o valor do IVA;
 - ii) Comprovativo da experiência do responsável da equipa de avaliação (Curriculum Vitae);
 - iii) Horário de atendimento/canais de esclarecimento ao processo;
 - iv) Declaração sob compromisso de honra, conforme modelo que integra o presente convite como Anexo II.
- c) Documento que contenha a descrição do processo de avaliação dos candidatos detalhado, bem como das ferramentas a utilizar.
- d) Documento com a indicação do código de acesso à certidão permanente do registo comercial ou a certidão permanente do registo comercial e/ou procuração, por forma a relacionar o assinante com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a proposta.

11.2. O concorrente poderá ainda indicar outros aspetos que considere relevantes para a apreciação da proposta, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.

11.3. Os documentos que integrem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 58.º do CCP, ou, não o sendo, devem ser acompanhados pela tradução



certificada/legalizada e em relação ao qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

- 11.4. A proposta deve ser elaborada em perfeita conformidade com as cláusulas do caderno de encargos, o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento o concorrente se obriga.

12. ASSINATURA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 12.1. Cada um dos documentos referidos no ponto 11. deve, nos termos da lei, ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 12.2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica de contratação pública devem ser assinados individualmente e eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada em momento anterior à submissão dos mesmos.
- 12.3. Nos casos em que os certificados utilizados ou a assinatura digital qualificada não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso, por exemplo, do cartão de cidadão, deve o concorrente submeter documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 12.4. Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes legais.
- 12.5. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recursos a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
- 12.6. Nos casos em que o certificado original não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento que, nos termos legais, ateste os poderes de apresentação necessários para o efeito.

13. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados e enviados para a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
- 13.2. A proposta deve ser submetida na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov até às **23h59 do 6.º (sexto) dia a contar da data do envio do convite.**



aicep Portugal Global

- 13.3. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acinGov já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 13.4. O modo de apresentação de propostas obedece ao disposto no artigo 62.º do CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter a respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP.

15. CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS

- 15.1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, nos termos do artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 15.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 15.3. Quando por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los através do modo definido para a apresentação de proposta ou no prazo fixado, o Júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

16. PROPOSTAS VARIANTES

Não será admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

17. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO

A proposta não será objeto de negociação nem de leilão.

18. PREÇO BASE



aicep Portugal Global

- 18.1. O preço base do procedimento é de € 70.000,00 (setenta mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 18.2. O preço base constante no número anterior corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
- 18.3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 18.4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 18.5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

19. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 19.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não serão definidas as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
- 19.2. Mesmo na ausência de definição, o preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, caso em que é aplicável o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 71.º do CCP.

20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa (PEV), na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores e subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, a seguir discriminados:

1. Fator **Preço (P)**, com uma ponderação de **30%**.

A pontuação do fator **Preço (P)** é obtida através da seguinte fórmula:

$$P = (PB - PP) / PB * 5$$

Em que:

P - Pontuação do fator Preço (arredondada à 2.ª casa decimal)

PB - Preço base



PP - Preço da proposta

2. Fator **Avaliação Técnica (AT)**, com uma ponderação de **70%**, composto pelos subfatores a seguir discriminados:

- a) Experiência do responsável pela equipa de avaliação – 40%;
- b) Detalhe do processo de avaliação dos candidatos – 50%;
- c) Atendimento/Canais de esclarecimentos ao processo – 10%

2.1. A pontuação do fator **Avaliação Técnica (AT)** é obtida pelo somatório da classificação atribuída multiplicada pelo coeficiente de ponderação, dos 3 subfatores.

2.2. Os coeficientes de ponderação dos subfatores da **Avaliação Técnica (AT)** constam da seguinte tabela:

Subfator / Descrição da Avaliação	Ponderação / Avaliação
Experiência do responsável pela equipa de avaliação	40%
Responsável da equipa com experiência igual ou superior a 10 anos em processos internacionais de recrutamento	5
Responsável da equipa com experiência igual ou superior a 7 anos em processos internacionais de recrutamento	4
Responsável da equipa com experiência igual ou superior a 5 anos em processos internacionais de recrutamento	2
Responsável da equipa com experiência igual ou superior a 3 anos em processos internacionais de recrutamento	1
Responsável da equipa com experiência inferior a 3 anos em processos internacionais de recrutamento	0
Detalhe do processo de avaliação dos candidatos	50%
Elevado detalhe, havendo uma correspondência direta entre as competências a aferir e as ferramentas utilizadas	5
Muito detalhe, havendo alguma correspondência entre as competências a aferir e as ferramentas utilizadas	4
Detalhado, havendo uma correspondência genérica entre as competências a aferir e as ferramentas utilizadas	2
Pouco detalhado, havendo uma fraca correspondência entre as competências a aferir e as ferramentas utilizadas	1
Nada detalhado, não havendo nenhuma correspondência entre as competências a aferir e as ferramentas utilizadas	0
Atendimento/Canais de esclarecimentos ao processo	10%
Vários canais permanentes de atendimento e esclarecimentos	5
Vários canais de atendimento e esclarecimentos entre as 08h00 e as 22h00	4
Vários canais de atendimento e esclarecimentos entre as 08h00 e as 20h00	2
Vários canais de atendimento e esclarecimentos entre as 08h00 e as 18h00	1
Um canal de esclarecimento entre as 08h00 e as 18h00	0



3. A proposta economicamente mais vantajosa é a que apresentar no somatório de todos os fatores de avaliação a pontuação mais elevada: **PEV** = $P * 0,3 + AT * 0,7$

21. CRITÉRIO DE DESEMPATE

21.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, aplicam-se os seguintes critérios de desempate, por ordem de importância:

- a) A proposta que apresentar melhor pontuação no subfator “Detalhe do processo de avaliação dos candidatos”;
- b) A proposta que apresentar melhor pontuação no subfator “Responsável pela equipa de avaliação”;
- c) A proposta que apresentar melhor pontuação no fator “Preço”.

21.2. Mantendo-se o empate, o desempate é efetuado por sorteio, cujas regras de realização se encontram no anexo III.

21.3. Para intervir no sorteio, os concorrentes deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que lhes confira poderes para representar a entidade.

22. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

As propostas serão analisadas em todos os seus atributos, termos ou condições e serão excluídas quando a sua análise revele alguma das situações previstas nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

23. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

23.1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP.

23.2. Para os efeitos previstos no número anterior, o adjudicatário deve entregar no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, a seguinte documentação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (em anexo II ao presente convite);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP (certificado do registo criminal da entidade e dos órgãos sociais, situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e situação regularizada relativamente a impostos);



aicep Portugal Global

- c) Declaração relativa ao tratamento de dados pessoais, conforme anexo A do caderno de encargos;
 - d) Comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, se aplicável;
- 23.3. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
- 23.4. No caso de o adjudicatário ter proposto a subcontratação parcial da prestação de serviços, é igualmente exigível às entidades a subcontratar a apresentação dos mesmos documentos exigidos ao adjudicatário.
- 23.5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo de 2 (dois) dias para que se pronuncie, por escrito, querendo, ao abrigo do exercício do direito de audiência prévia.
- 23.6. Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.
- 23.7. Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, é de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação para o efeito.
- 23.8. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 23.9. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
- 23.10. A apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

24. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

- 24.1. Não é exigida a prestação de caução com fundamento no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.



aicep Portugal Global

- 24.2. Sem prejuízo do disposto no n.º anterior, pode a AICEP, caso o considere conveniente para garantir o cumprimento exato e pontual de todas as obrigações legais e contratuais, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário, em conformidade com o preceituado no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.
- 24.3. Salvo em caso de aplicação de sanções contratuais, a AICEP deve ouvir o adjudicatário antes de proceder à retenção a que se refere o número anterior, tendo este o prazo de 5 (cinco) dias para se pronunciar por escrito.
- 24.4. Sempre que a AICEP exerça a faculdade de retenção, o adjudicatário deve proceder ao cumprimento exato e pontual das obrigações legais e contratuais que motivaram aquele exercício, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação para esse efeito.

25. ENCARGOS DOS CONCORRENTES

- 25.1. Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas.
- 25.2. As despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

26. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS

- 26.1. Em tudo o que o presente convite for omissivo, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.
- 26.2. Para resolução de todos os litígios decorrentes do procedimento pré-contratual e contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Anexos:

Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP]

Anexo II – Declaração sob compromisso de honra

Anexo III – Regras do sorteio

Anexo IV – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



aicep Portugal Global

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (*) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que as informações constantes dos documentos entregues relativos à equipa a afetar ao projeto correspondem à verdade, comprometendo-se a entregar todos os documentos comprovativos da situações de facto aí expostas se requeridas pela Entidade adjudicante.

Mais declara, sob compromisso de honra, que reuniu todas as autorizações dos elementos da equipa a afetar, para a disponibilização dos seus curriculum vitae no âmbito deste procedimento.

Declara, ainda, estar consciente de que a prestação de falsas informações no decurso do procedimento pré-contratual constitui, nos termos da alínea e) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos contraordenação muito grave.



ANEXO III - REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 2 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de envio de correio eletrónico, indicado no presente Convite;
- b) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
- c) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da AICEP, sitas na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B – 12.º, 1700-158 Lisboa;
- d) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:

1.ª Posição – Bola n.º 1

2.ª Posição – Bola n.º 2

3.ª Posição – Bola n.º 3

E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de propostas empatadas.

- e) A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas;
- f) Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
- g) Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º